

**O ESPAÇO COMO DIMENSÃO DE ANÁLISE NO ESTUDO DE ORGANIZAÇÕES ALTERNATIVAS: UMA PROPOSTA BASEADA EM GUERREIRO RAMOS, HENRY LEFEBVRE E MILTON SANTOS**

**Adalto Aires Parada** (IFC) - [adalto.parada@hotmail.com](mailto:adalto.parada@hotmail.com)

**Resumo:**

*As possibilidades de novas perspectivas no que se refere à forma de se organizar têm levado à procura por novas abordagens que possam auxiliar a descortinar e a compreender formas alternativas de organizações. Os estudos na área da administração têm se debruçado sobre a busca por essas novas possibilidades, nesse sentido esse ensaio propõe a contribuir para esses esforços a partir do resgate da Lei dos Requisitos Adequados de Guerreiro Ramos e das teorias desenvolvidas por Henry Lefebvre (2013) e Milton Santos (2008) acerca da dimensão espaço. A intenção é sugerir características e elementos de análise para o estudo de organizações que considerem outras possibilidades, cuja lógica de se organizar muitas vezes escapa ao mainstream, configurando-se como alternativas necessárias ao bom viver. Nessas organizações prevaleceriam características relacionadas a aspectos que privilegiam a participação nas decisões, a proximidade social, a autorrealização pessoal a partir do convívio e do interesse coletivo em detrimento do individual. A observação desses aspectos nos estudos organizacionais permitiria uma apropriação mais aproximada da realidade dessas organizações, permitindo não só sua melhor compreensão, mas também proporcionando uma oportunidade de auxiliá-las na manutenção de suas características e não simplesmente resultando na indicação e implementação de técnicas relacionadas a organizações formais, as quais provavelmente gerariam tensões em seu interior.*

**Palavras-chave:** *Organizações alternativas. Lei dos requisitos adequados. Espaço.*

**Área temática:** *GT-02 O Lugar do Espaço nos Estudos Organizacionais: Espacialidades, Materialidades, Territorialidades*

## 1. INTRODUÇÃO

As possibilidades de novas perspectivas no que se refere à forma de se organizar têm levado à procura por novas abordagens que possam auxiliar a descortinar e a compreender formas alternativas de organizações. Considerando-se esses aspectos, os estudos na área da administração têm se debruçado sobre essas novas possibilidades, novas formas organizacionais, o que caracteriza um período de transição, de redirecionamento, marcado por uma ruptura, uma descontinuidade, que passa a ser denominada de pós-moderna. No entanto, em função da influência dos paradigmas que nortearam as pesquisas na era moderna, os estudos organizacionais ainda sofrem interferências na perspectiva ontológica, epistemológica e também quanto à natureza humana e à metodologia empregada. (DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000; BURREL; MORGAN, 1979). Isso é visível ao se analisarem os estudos que vêm sendo realizados, nos quais se observa uma tendência em se fazer uso de abordagens alinhadas ao modelo hegemônico dominante, cujos pressupostos estão pautados na perspectiva econômica, em detrimento de outras formas de organizações, não conseguindo proporcionar uma perfeita compreensão da complexidade que envolve a análise e o desenho dos diferentes sistemas sociais (RAMOS, 1981; CLEGG, 1990; SANTOS, 2002). O modelo hegemônico se caracteriza, entre outros aspectos, por estar baseado na racionalidade instrumental ou funcional, cujos objetivos são os de otimizar resultados e garantir a máxima eficiência através do uso específico de técnicas e da reificação do mundo social (FISCHER, 1984; SULLIVAN; SPICER; BÖHM, 2010). Além desse aspecto, é possível ainda observar que, a partir da adoção dessa perspectiva, os estudos, quando realizados acerca de outros tipos de organizações, preferencialmente se baseiam em teorias cujas bases epistemológicas e paradigmáticas estão alicerçadas em princípios que são resultados da dominação do modelo de mercado capitalista e para este desenvolvida, as quais solapam a possibilidade de se efetuar uma análise além desse espectro, já que se torna difícil pensar em outra organização que não aquela dominada pelo gerencialismo (CLEGG, 1990; PARKER, 2002; SPICER; BÖHM, 2007).

Este ensaio, sob essa perspectiva, busca justamente contribuir para os estudos que vêm sendo realizados sobre outras formas de se organizar, as quais se caracterizam, entre outros aspectos, por se contraporem à lógica dominante. A proposta é apresentar, a partir do resgate da Lei dos Requisitos Adequados de Guerreiro Ramos, com o aporte de Henry Lefebvre e Milton Santos, uma lente de observação que permita analisar a dimensão de organizações alternativas, considerando as suas características.

O objetivo é demonstrar como essa dimensão pode auxiliar na compreensão dessas organizações, proporcionando ainda a possibilidade de se visualizar de que maneira estas podem ser influenciadas pelo assédio provocado pelo modelo hegemônico, tendo-se em vista as tensões a que são expostas ao se relacionarem com o mercado e com a sociedade que circunda os seus limites. Cabe observar que a perspectiva de sociedade empregada neste ensaio se refere a um contexto amplo, já que as relações das organizações se dão em diferentes âmbitos, envolvendo tanto a sociedade civil como também a esfera estatal, entre outras.

Espera-se, com este trabalho, contribuir para a ampliação das pesquisas acerca da perspectiva pós-moderna, auxiliando na compreensão e no desenvolvimento de novas linguagens, fornecendo opções para a mudança do discurso e ampliação do arcabouço teórico sobre esse novo período, de forma que este realmente passe a ser percebido como novo, com o emprego de uma linguagem e modo de pensar também alternativos, próprios, desvincilando-se das teorias organizacionais predominantes, o que por vezes é difícil em face do aprisionamento motivado pelo modelo burocrático e dos modelos mentais gerados por este, que estão profundamente arraigados e limitam o pensar e o agir a formas bem conhecidas, dificultando os estudos dessa natureza (CLEGG, 1990; DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000; SENGE, 2000).

Para atingir o objetivo proposto e caracterizar os pressupostos que norteiam este ensaio, inicialmente será abordado o que são organizações alternativas ou outras formas organizacionais, diferenciando-se estas da percepção dominante acerca de organizações. Em segundo lugar será abordada a dimensão espaço e a que ela se refere, bem como a implicância de suas características para as organizações. Por fim são apresentadas as possibilidades de estudos organizacionais a partir das dimensões e elementos propostos para análise.

## **2. ORGANIZAÇÕES ALTERNATIVAS**

A definição do que vem a ser uma organização alternativa pode apresentar algumas dificuldades, tendo-se em vista o fato de que este tipo de organização se encontra inserido dentro de um contexto de transformação, em construção, em um processo de mudança paradigmática, não possuindo perfeitamente delimitadas a sua abrangência e a linguagem a ser empregada em seus estudos. Pode-se inferir que o arcabouço teórico dessas organizações se encontra em formação, sendo que diferentes autores têm adotado diferentes perspectivas epistemológicas e ontológicas acerca do mesmo assunto, tratando essas organizações por diferentes terminologias, como, por exemplo, novas formas organizacionais ou contra-hegemônicas, entre outras (PALMER; BENVENISTE; DUNFORD, 2007). Talvez a forma mais fácil de definir o que vem a ser organizações alternativas é dizer o que elas não são. Pode-se dizer que efetivamente não são organizações alternativas aquelas baseadas em modelos extremamente burocráticos, pautadas em uma racionalidade puramente instrumental ou funcionalista, adotando práticas estritamente gerencialistas, fazendo uso de novas práticas sob o manto de um pensar baseado unicamente no modelo hegemônico dominante, representado pelo mercado sob a perspectiva capitalista, e que passam a ser caracterizadas ou que se autointitulam como organizações flexíveis.

Essas características são mais bem compreendidas a partir do seu detalhamento, ou seja, a burocracia se refere às organizações modernas, as quais foram fortemente influenciadas pelo seu modelo ideal, sendo inclusive considerada a sua adoção como uma forma de diferenciação dentro do contexto organizacional. O tipo ideal de burocracia teria por objetivo assegurar a previsibilidade, a padronização e a estabilidade dos processos com o emprego de normas racionais, escritas e exaustivas, que definiriam com precisão as relações de mando e subordinação, efetuando a distribuição das tarefas a serem executadas de forma sistemática, buscando os objetivos fins (WEBER, 1976; 2004; CLEGG, 1990). A racionalização do mundo resultaria em um aprisionamento, naquilo que foi definido por alguns autores como gaiola de ferro, masmorra ou colete de força, e que de forma irresistível e inevitável conduziria todos a uma só direção (CLEGG, 1990).

Ao se empregar o termo organizações alternativas neste ensaio, está-se fazendo referência a organizações que se contrapõem ao modelo hegemônico, de forma consciente ou inconsciente, e que podem ser definidas como pós-modernas, pois estariam além da perspectiva burocrática e de gestão, podendo esse posicionamento ser entendido como uma desdiferenciação do que até então foi definido como ser diferenciado pelo emprego do modelo racional burocrático (CLEGG, 1990).

Com relação ao ato racionalmente funcional ou instrumental, ele pode ser caracterizado por possuir um objetivo específico, pressupondo que uma série de ações seja tomada de forma concatenada para atingir o rendimento máximo. A ação funcionalmente racional está apoiada em princípios cujos meios são os mais adequados, desenvolvendo processos centrados nos objetivos que se pretende atingir de forma mais eficiente e eficaz. Esse tipo de racionalidade produz ações baseadas predominantemente em técnicas e na reificação do mundo social. É o objetivo que determina o grau de funcionalidade em uma determinada ação (FISCHER, 1984).

Em uma ação baseada na racionalidade funcional, o que se aprecia é o nível de sucesso no alcance dos objetivos pré-estabelecidos, independentemente do conteúdo que possam ter tido essas ações e da sua qualidade intrínseca (RAMOS, 1983).

Já a racionalidade substantiva é diretamente relacionada com a preocupação de resguardar a liberdade, sendo que seu uso representa a utilização, por parte do ator, de pensamentos que se traduzam em percepções inteligentes das inter-relações dos acontecimentos de uma determinada situação, habilitando-o a tomar decisões com base em seus próprios *constructos*, ou seja, a emitir um juízo de valor baseado em elementos pertinentes devidamente identificados, caracterizando uma decisão consciente. A racionalidade substantiva, portanto, envolve o conteúdo da ação, sua finalidade e consequências (MANHEIM, 1962 apud FISCHER, 1984).

O ato racionalmente substancial é aquele dotado de inteligência, que teve sua ação baseada em um conhecimento lúcido e autônomo referenciado em fatos. Ele revela a transcendência do ser humano, sua qualidade de criatura dotada de razão, e é centrado em fins e objetivos, enfatizando conteúdos e pressupondo meios e recursos (RAMOS, 1983; MARCUSE, 1964 apud FISCHER, 1984).

Sob essa perspectiva da racionalidade, abordada por Guerreiro Ramos (1983), as organizações alternativas, objeto deste ensaio, seriam aquelas cujas ações estão pautadas em atos baseados em níveis mais elevados de substantividade, os quais permitem que os indivíduos conduzam a sua vida pessoal na direção da emancipação e autorrealização, contrabalanceando com o alcance da satisfação social, levando em consideração o direito de outros indivíduos de fazê-lo (SERVA, 1997).

O gerencialismo, por sua vez, exerce atualmente, de forma simultânea, um fascínio e uma dominação sobre a sociedade, sendo visto como a solução, se não para todas, para a grande maioria das atividades desenvolvidas dentro de uma sociedade (PARKER, 2002).

O avanço imperialista do gerencialismo fez com que este se subdividisse e passasse a ser empregado tanto como um substantivo quanto como um verbo (gerenciar), ou ainda como uma disciplina acadêmica (PARKER, 2002).

Como substantivo (gerência) ele se refere a um grupo de profissionais que tem estado engajado, há um século ou mais, em uma bem-sucedida estratégia de mobilização social coletiva, a qual é representada por qualquer pessoa que esteja envolvida na coordenação de pessoas e coisas (PARKER, 2002).

O desdobramento do gerencialismo como verbo se refere à prática de gerenciar, que pode ser aplicada ao processo de ordenar e controlar pessoas e coisas. Em certo sentido, a gestão é vista como um trabalho superior, baseado no cérebro e não em músculos, e que exige um afastamento de funções operacionais, rotineiras, de forma a permitir uma melhor perspectiva de análise (PARKER, 2002).

Por sua vez, como disciplina acadêmica, preocupa-se com o gerenciamento e a administração, promulgando o alto desempenho obtido e as noções mecânicas da função de organizar, bem como o que é uma organização e como ela deve ser. De forma simples, os problemas organizacionais são reduzidos a questões de engenharia de sistemas humanos (PARKER, 2002).

Em síntese, o gerencialismo, com sua expansão e aplicabilidade em todas as áreas da vida humana, é limitado e perigoso, já que passa a ser utilizado como uma forma de pensamento e de atuação que justifica uma série de crueldades e desigualdades consideráveis. Ao se admitir o emprego das práticas gerenciais em todos os espaços da vida humana, abrem-se lacunas para que a sociedade civil e política, e mesmo a vida privada, sejam internalizadas por sistemas corporativos, passando de uma sociedade política para uma sociedade organizacional, a qual é entendida com uma sociedade de gestão sistêmica e tecnocrática que legitima a identidade individual em detrimento da identidade política universalista. Surge a ilusão de que é possível

controlar tudo, desde um processo físico a um comportamento biológico e a uma ação social. Em suma, ao se enaltecer e privilegiar o desempenho individual, que é um dos dogmas do gerencialismo, promove-se e reforça-se a desagregação do coletivo, reduzindo a sociedade ao âmbito dos atores privados, do individualismo e da volatilização da solidariedade (PARKER, 2002; DUPAS, 2003).

Dessa forma, as organizações alternativas, considerando a sua incongruência com o gerencialismo, se caracterizariam por adotarem formas que privilegiariam um clima organizacional pautado na igualdade e no direito de participação de todos os membros, em que o trabalho é motivado por um ideal compartilhado no qual o objetivo primordial é a autorrealização de seus membros, existindo o compartilhamento de informações, a cooperação, a união e a informalidade. A auto-organização e o diálogo juntamente com o reconhecimento de pontos de vistas diferentes complementam os alicerces que sustentam a sua estrutura e garantem a sua identidade, não sendo o controle e o monitoramento do desempenho organizacional os objetivos fundamentais a serem perseguidos (BALBINOT; PEREIRA, 2007; MORAES; MISOCZKY, 2010). Essas organizações poderiam ainda ser caracterizadas como autogestionárias, cujo axioma fundamental constitutivo é o da igualdade entre as pessoas (GUILLERM; BOURDET, 1976 apud FARIA et al., 2008).

Ao se analisarem as organizações alternativas, é relevante observar se realmente essas organizações se referem a novas ou a outras formas organizacionais, sob a perspectiva defendida neste ensaio, uma vez que é possível se deparar com organizações definidas como flexíveis, mas que se referem apenas a uma variante do modelo gerencialista, caracterizadas pela ideologia da harmonia administrativa (PAES DE PAULA, 2002). Esse modelo de organização surge em virtude do esgotamento do modelo taylorista-fordista, o qual não consegue mais responder às demandas geradas pelo contexto atual que envolve as organizações, caracterizado pelas exigentes e renovadas demandas do mercado consumidor e pela mudança das tecnologias de produção, as quais, acompanhadas das aceleradas tecnologias de informações, fazem com que surjam modelos organizacionais que não são mais do que ajustes que procuram, de acordo com Paes de Paula (2002, p.137), “assegurar a produtividade amenizando as naturais tensões entre capital e trabalho, por meio dos controles disponíveis”. É um simples aperfeiçoamento da abordagem contingencial da administração, não caracterizando um rompimento com o modelo burocrático de organização (DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000).

Considerando-se então essas perspectivas, conclui-se que as novas formas organizacionais podem ser vistas sob duas perspectivas distintas: como uma nova abordagem, diferente da lógica instrumental, ou como simplesmente um aperfeiçoamento da abordagem contingencial da administração (DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000).

### **3. A DIMENSÃO ESPAÇO**

A escolha de propor o emprego da dimensão do espaço para análise das organizações alternativas se dá em virtude do fato de que esta parece exercer influência sobre a manutenção das características que são encontradas em organizações desse tipo (ANDION, 2005; FARIA et al., 2008). Além disso, intervenções ou análises equivocadas dessa dimensão podem conduzir a uma visão unidimensionalizada, baseada unicamente no mercado, distorcendo os propósitos dessas organizações.

Ao se promover essa distorção, incorre-se na possibilidade de impedir o desvelamento de possibilidades quanto a outras formas de organizar, negando-se o acesso a saberes ignorados, os quais muitas vezes são ocultados pela prática hegemônica (SANTOS, 2002). Nesse sentido, Ramos (1981) chama atenção para o fato de que para superação de uma sociedade centrada no mercado, na direção de uma sociedade pós-industrial, faz-se necessária uma vigorosa oposição

por parte daqueles agentes que entendem ser seu projeto pessoal o de justamente se opor a essa perspectiva.

Para tal superação, Ramos (1981), a partir da sua proposta de delimitação dos sistemas sociais, destaca como imprescindível e vital a existência de uma multiplicidade de cenários variados para uma vida humana associada. Ramos (1981) considera que qualquer imperativo que coaja os indivíduos a se ajustarem a uma sociedade previamente dominada pelo mercado ou, de maneira única, por qualquer outro tipo de enclave é fator impeditivo para a autorrealização dos membros de um sistema social. A partir dessa visão se justifica a emergência de se descortinar as ausências, ou seja, as organizações que muitas vezes fazem uso de conhecimentos ditos ordinários ou vulgares, que são insistentemente não reconhecidos pelo modelo da razão indolente<sup>1</sup>, mas que podem ser criados e usados tanto para dar sentido as nossas vidas como para proporcionar o efetivo emprego do conhecimento científico acumulado, num contributo positivo para a felicidade das pessoas e sua autorrealização (SANTOS, 2002; RAMOS, 1981).

Considerando-se então as características das organizações alternativas e o exposto por Ramos (1981) acerca da necessidade de uma multiplicidade de cenários, infere-se que tais organizações possuem características que são congruentes com aquelas definidas por ele como isonômicas e fenonômicas, ao propor a Delimitação dos Sistemas Sociais baseada no Paradigma Paraeconômico (RAMOS, 1981).

O Paradigma Paraeconômico de Guerreiro Ramos (1981) é uma proposta do autor na direção de se superar a unidimensionalização que tem prevalecido na sociedade, em que a economia de mercado passou a ser central na ordenação da vida das pessoas.

Como ponto central, o modelo multidimensional possui a delimitação organizacional, envolvendo a visão de uma sociedade que é composta de diferentes enclaves, com o homem atuando em diferentes atividades substantivas integrativas entre si. O modelo multidimensional pressupõe que o mercado é um enclave social legítimo e necessário, porém limitado e regulado (RAMOS, 1981).

Entre as categorias delimitadoras do paradigma paraeconômico de Ramos (1981) estão a economia, a isonomia, a fenonomia e o isolado. A economia se refere a um sistema organizacional altamente ordenado, constituído para a produção de bens e/ou prestação de serviços. A isonomia é uma organização em que seus membros são iguais. A fenonomia é um sistema social que ocorre esporadicamente ou de forma mais ou menos estável, é conduzido por um indivíduo ou por um pequeno grupo, prevalecendo o máximo de opção pessoal com uma reduzida subordinação a prescrições operacionais formais (HEIDEMANN; SALM, 2009).

Em cada um dos enclaves se observaria a predominância de algumas características dessas dimensões, as quais estariam associadas à consecução dos seus objetivos. Nas organizações isonômicas e fenonômicas, por exemplo, prevaleceriam características relacionadas a aspectos que privilegiariam a participação nas decisões, a proximidade social, a atualização pessoal a partir do convívio, o interesse coletivo em detrimento do individual e proporções de participantes adequadas as suas metas (RAMOS, 1981).

Já nas economias baseadas no mercado, prevaleceriam características funcionais, relacionadas a decisões mais do tipo *top-down*, com alguma ou nenhuma participação das pessoas nas decisões, grandes proporções ou preocupação em ver o crescimento como algo linear a ser perseguido, sendo caracterizadas pelo emprego de normas, regulamentos e controle nas suas atividades, espaços socioafastadores que não privilegiam o contato pessoal,

---

<sup>1</sup> A razão indolente subjaz, nas suas várias formas, ao conhecimento hegemônico, tanto filosófico como científico, produzido no ocidente nos últimos duzentos anos, e oculta e desacredita outras alternativas sociais, como aquelas baseadas no saber vulgar (SANTOS, 2002).

predominando o conhecimento técnico e o tempo serial, linear ou sequencial, sobre outras formas (RAMOS, 1981).

Considerando-se então a delimitação dos espaços sociais, os aspectos relacionados às dimensões organizacionais se tornam relevantes, tanto para a consecução quanto para a garantia dos objetivos organizacionais. Com essa preocupação, Ramos (1981) delinea, a partir da Lei dos Requisitos Adequados, as principais características das diferentes dimensões dos sistemas sociais, esboçando dentro destas aquelas associadas ao espaço. A expectativa é que, de forma prática, essas características delineadas auxiliem no planejamento e entendimento de uma sociedade multicêntrica, em que a coexistência de uma variedade de sistemas sociais privilegie a autorrealização das pessoas, sendo utilizadas como um ponto de partida, sob uma perspectiva heurística.

Dessa forma, empregar teorias que auxiliem na análise de organizações pressupondo-se outras possibilidades e considerando-se as características peculiares das organizações, e não somente os aspectos relacionados ao conhecimento hegemônico, permite o entendimento de formas alternativas de organizar e a apropriação de saberes que eventualmente são desconsiderados ou desacreditados pela razão indolente.

### **3.1. O espaço**

O sistema de mercado nos últimos séculos se expandiu de tal forma que se tornou o principal ordenador da vida pessoal e comunitária, ocupando os diferentes espaços reservados aos sistemas sociais (RAMOS, 1981).

Essa influência é visível quando se observa, por exemplo, a arquitetura das cidades contemporâneas, que é o resultado das exigências do mercado, que condicionam, entre outros aspectos, o tamanho das residências, o número de pessoas a serem acomodadas em um prédio ou ainda a distância em relação aos centros urbanos (RAMOS, 1981).

Outro ponto a ser considerado é o constante aumento da artificialização do meio ambiente. A esfera natural é de forma crescente e constante substituída por uma esfera técnica, seja na cidade ou no campo (SANTOS, 2008).

Santos (2008, p. 30) alerta para o fato de que “o caminho secular que conduziu a sociedade humana à necessidade cotidiana de medida, padronização, ordem e racionalização” fez com que o próprio espaço passasse a possuir igual conteúdo racionalizado. Isso ocorre em função da intencionalidade manifesta na escolha de “seus objetos, cuja localização, mais do que antes, é funcional para os desígnios dos atores sociais capazes de uma ação racional”.

A matematização dos espaços torna propícia a matematização da vida social, de acordo com os interesses hegemônicos, ou seja, subordinada aos que impõem as mudanças. A partir dessa lógica, instalam-se, ao mesmo tempo, “não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas também as condições para a maior alienação possível para todos. Através do espaço, a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e aleija” (SANTOS, 2008, p. 31).

Em uma comparação entre a perspectiva espacial geográfica de território e o espaço organizacional, cabe considerar que assim como nos espaços geográficos, técnico-científicos, em que prevalece a racionalidade de mercado, nas organizações a tônica também será a de o mercado se tornar tirânico e o Estado tender a ser impotente. “Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos” (SANTOS, 2008, p.31).

O espaço, no entanto, deve ser considerado como o teatro obrigatório da ação, o domínio da liberdade. Ele é algo dinâmico e unitário, onde se encontram a materialidade e a ação humana. “Seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas e de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-

se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente” (SANTOS, 2008, p. 46).

O que se observa na atualidade é que os objetos culturais tendem a se tornar cada vez mais técnicos e específicos, sendo deliberadamente produzidos e localizados de forma a melhor responder aos objetivos previamente estabelecidos. Já as ações tendem a ser cada vez mais ajustadas e racionais (SANTOS, 2008).

Portanto, há de se considerar que o espaço afeta e de certa forma possui capacidade de moldar a vida das pessoas, sendo que os espaços que são dados para viver aos indivíduos podem de alguma maneira alimentar ou dificultar o desenvolvimento psíquico deles dentro da sua singularidade como pessoas. O espaço pode ser um ambiente que facilite ou restrinja a descarga de tensões. O seu correto tratamento é uma forma de se estimular a atmosfera psicológica apropriada para os objetivos específicos de um determinado sistema social (RAMOS, 1981).

Ramos (1981) chama atenção para o fato de que os estudos que vêm sendo realizados sobre o espaço têm se limitado a questões relacionadas, sobretudo, com as dimensões dos processos de produção e distribuição de bens, bem como no que se refere à prestação de serviços. Existe, no entanto, uma série de implicâncias com relação ao espaço que vão além dos propósitos econômicos e que acabam por serem esquecidas, tanto por leigos como por arquitetos e especialistas em organizações, que supostamente deveriam ser os que melhor as compreendem na sua totalidade.

Hall (2005) destaca que as pessoas possuem uma necessidade arraigada de se sentirem corretamente orientadas, o que estaria associado à sobrevivência e à sanidade. Por isso muitas vezes as pessoas fazem uso de delimitações que se originam em esquemas internalizados que são resultantes de experiências passadas.

Portanto quando os espaços não correspondem a essas delimitações, as pessoas não se sentem confortáveis, ficando em alguns casos deprimidas; por isso a necessidade de se pensar a respeito daqueles que ocupam determinado espaço e para qual objetivo ele se destina (HALL, 2005).

Nas isonomias e fenonomias e suas formas mistas, o espaço desempenha um papel especial para o bom funcionamento desses sistemas, questões como solidão, privacidade, reserva, intimidade, anonimidade, território pessoal e órbita individual são pontos a serem considerados nos espaços sociais. Há de se considerar que, para esses enclaves, espaços socioaproximadores deveriam prevalecer, os quais teoricamente promovem relações de primeiro grau, característica dessas organizações. Deve-se considerar que o espaço desempenha um papel fundamental na comunicação, ele fala uma linguagem silenciosa que afeta as pessoas (HALL, 1990; RAMOS, 1981).

Já nas economias, por sua vez, os espaços socioafastadores parecem prevalecer, apesar de os socioaproximadores também se mostrarem como sendo necessários, mesmo nesse enclave. No sistema de mercado, os cidadãos são condicionados a uma percepção e uso do espaço em que a perspectiva adotada é a técnica, a qual define o seu comportamento (RAMOS, 1981).

Considerando-se um *continuum* acerca da organização do espaço, pode-se projetar que em uma das suas extremidades estariam aqueles espaços que não fazem uso de nenhuma organização, que estão em uma confusão permanente e que são ocupados por pessoas que não efetuam uma classificação das atividades e artefatos de acordo com um plano espacial uniforme, coerente ou previsível. Na outra extremidade da escala, estaria a linha de montagem, com uma organização precisa dos objetos tanto no tempo como no espaço (HALL, 2005).

Tendo-se em conta esse *continuum*, cada cenário social possui as suas exigências no que se refere ao espaço e que são inerentes a ele. É preciso considerar o impacto gerado pelo espaço sobre as pessoas, bem como ter a capacidade de conformar o ambiente que as cerca de maneira tal que ele seja favorável à consecução dos objetivos organizacionais, tendo-se o

cuidado de não destruir ou ainda reduzir o senso de eficiência daqueles que estão ao seu redor (RAMOS, 1981).

Essa conformação estaria associada ao que Lefebvre (2013) define como representações do espaço (o concebido), que dizem respeito às relações de produção, à ordem que por elas são impostas e que estão vinculadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos e às relações frontais.

Conforme Lefebvre (2013) o espaço social até o capitalismo compreendia as relações sociais de produção (a divisão do trabalho e sua organização, ou seja, as funções sociais hierarquizadas) e aquelas relativas à reprodução, que envolvem as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, como a organização específica da família. Esses dois encadeamentos que não podem ser separados, já que cada qual exerce influência sobre outro de forma recíproca, acabaram por ser diferenciados no espaço social, não sem dificuldades, sendo localizados. Com o advento do capitalismo, especificamente no neocapitalismo moderno, a situação se complica, além desses dois níveis, um terceiro surgiu, passando então a haver o imbricamento de três níveis, o da reprodução biológica (a família), o da reprodução da força de trabalho (a classe operária) e o de reprodução das relações sociais de produção, ou seja, aquelas relações que constituem a sociedade capitalista, as quais progridem, são desejadas e impostas cada vez mais.

Isso decorre do fato de que cada sociedade, no caso a capitalista, produz o seu espaço, envolvendo os seus modos de produção e as suas diversidades, bem como as sociedades particulares, nas quais se reconhece o seu conceito geral; ou seja, o espaço (social) é um produto (social) que resulta em implicações e consequências (LEFEBVRE, 2013).

Dentro desse contexto existem as representações simbólicas, que auxiliam na coexistência e coesão das relações sociais, bem como na sua manutenção dentro do espaço social, e que se dão através tanto de relações frontais, que são públicas, declaradas e, portanto, codificadas, como através de relações veladas, que são clandestinas, reprimidas e definidoras de transgressões. Além das representações simbólicas, também estão presentes no espaço as representações de produção, que envolvem relações de potências e estão representadas no espaço através dos edifícios, monumentos e obras de arte (LEFEBVRE, 2013).

Na produção do espaço social existe então a coadunação de três aspectos: a prática espacial, que envolve a produção, reprodução, os lugares especificados e os conjuntos espaciais próprios a cada formação social; as representações do espaço, ou espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores e dos urbanistas, entre outros, que identifica o vivido e percebido e que é o espaço dominante em uma sociedade; e os espaços de representações, que são portadores de símbolos clandestinos e subterrâneos da vida social. Esses três aspectos desenvolvem uma relação dialética entre si, ou seja, envolvendo o percebido, o concebido e o vivido (LEFEBVRE, 2013).

Considerando então o contexto das representações do espaço, os modos de produção e de reprodução, Lefebvre (2013) defende que a utilização do conceito pode servir como instrumento (operatório) para análise de espaços, assim como de sociedades que os geraram e deles se apoderaram, pois daí decorreria uma história do espaço, que não obrigatoriamente coincidiria com as periodizações admitidas, mas que, tendo em vista a passagem de um modo de produção a outro e as suas influências, permitiriam tal análise.

Lefebvre (2013) identifica quatro tipos de espaços, os quais representariam a periodização de diferentes processos produtivos, a saber: o espaço absoluto, o histórico, o abstrato e o diferencial.

O espaço absoluto se refere a fragmentos da natureza, locais escolhidos com base nas suas qualidades intrínsecas (cavernas ou cumes, fonte ou rio), mas cuja consagração, por fim, acaba por esvaziá-los de muitas dessas características e particularidades naturais, sendo o espaço-natureza povoado por forças políticas. De maneira típica, a arquitetura acaba por subtrair da natureza os lugares e os transfere para a esfera política por meio de uma mediação

simbólica. Cabe ressaltar que esses espaços, que se caracterizavam pelo seu caráter religioso e político, foram produzidos por comunidades que compartilhavam entre si laços de consanguinidade, terras e linguagem (LEFEBVRE, 2013).

A partir desse espaço ocorre a emergência de outro, relativizado e histórico, que traz consigo a plenitude invisível do espaço político que se instaurou no vazio de um espaço natural subtraído da natureza. A historicidade quebra para sempre a naturalidade e instaura sobre as suas ruínas o espaço de acumulação (de todas as riquezas e recursos: os conhecimentos, as técnicas, o dinheiro, os objetos preciosos, as obras de arte e os símbolos). No transcorrer desse período, a atividade produtiva, a mão de obra, deixa de se confundir com a reprodução que perpetua a vida social, ela se torna independente desse processo, tornando-se presa da abstração, o trabalho social se torna abstrato, o espaço abstrato (LEFEBVRE, 2013).

O espaço abstrato funciona “objetalmente”, como um conjunto de coisas/signos e suas relações formais: vidro e pedra, concreto e aço, ângulos e curvas, cheio e vazio. Esse espaço, que tem por característica ser formal e quantificado, nega as diferenças, sejam elas provenientes da natureza ou do tempo (histórico), ou ainda aquelas que se originam do corpo, como a idade, gêneros e etnias. A significância desse conjunto remete a uma espécie de sobressignificação, que escapa aos sentidos, ao funcionamento do capitalismo, o qual é ao mesmo tempo evidente e dissimulado. As formas dominantes de espaço, dos centros de poder e riqueza, se esforçam para moldar os espaços que dominam (ou seja, os espaços periféricos), fazendo uso, muitas vezes, de meios violentos para reduzir os obstáculos e resistências que porventura venham a encontrar (LEFEBVRE, 2013).

Lefebvre (2013) ressalta ainda que o espaço abstrato é uma produção do capitalismo e do neocapitalismo, o qual contém o mundo da mercadoria, sua lógica e as suas estratégias em escala mundial, juntamente com o poder do dinheiro e do Estado político.

O espaço abstrato possui um funcionamento extremamente complexo, ele implica uma passividade, um silêncio dos usuários, assim como um pacto de não agressão, um quase contrato de não violência; valoriza determinados tipos de relações em alguns lugares, considerando aspectos “proxêmicos”, não havendo lutas para se ocupar os espaços, em que as pessoas assumem uma disposição socialmente condicionada na qual as regras e normas de operações que são peculiares a determinados sistemas episódicos passam a ser consideradas como regras e normas de conduta para todos de um modo em geral (LEFEBVRE, 2013; RAMOS, 1981; HALL, 2005).

Apesar do pessimismo resultante, o espaço abstrato possui contradições específicas, as quais são em grande parte derivadas de antigas contradições, oriundas do tempo histórico, e são agravadas ou atenuadas, o que eventualmente pode conduzir esse espaço ao seu fim. O fato é que no seio desse espaço as relações sociais de produção são consumadas através de um duplo movimento, com a dissolução e o nascimento de novas relações. Nesse movimento o espaço abstrato engendra um novo espaço, denominado diferencial, o qual, de forma contrária ao abstrato, necessita de um processo de acentuação das diferenças para surgir, motivo pelo qual recebe essa denominação (LEFEBVRE, 2013).

O espaço diferencial reúne aquilo que o abstrato separa, as funções, os elementos e os momentos da prática social. Ele colocaria um fim naquelas localizações que rompem tanto com a unidade do corpo (individual e social) como com o corpus das necessidades humanas e o corpus do conhecimento. De forma contrária ao abstrato, discerniria aquilo que é confundido, entre as quais, por exemplo, as relações sociais com as relações familiares (LEFEBVRE, 2013).

Há de se pontuar que o surgimento de um novo espaço não significa o desaparecimento por completo do outro, ele persiste no outro, como camada ou sedimento, os quais vão se debilitando ao longo do tempo.

Para este trabalho a definição de espaço empregada se baseia em Lefebvre (2013), ou seja, é a produção social resultante da relação dialética entre as práticas espaciais, as representações do espaço e o espaço de representação de uma organização.

#### 4. CARACTERÍSTICAS PROPOSTAS PARA A DIMENSÃO ESPAÇO

Considerando-se os objetivos deste ensaio, é apresentada a seguir uma proposta de características relacionadas à dimensão espaço que permitiriam o estudo das organizações, incluindo-se aquelas consideradas como ausências, ou seja, que normalmente são desconsideradas ou desacreditadas pela razão indolente, conforme Santos (2002). Para tal, empregam-se características das dimensões dos espaços sociais esboçadas por Ramos (1981), com o aporte de outros autores como Lefebvre (2013) e Santos (2008).

Quadro 1 – Características da dimensão espaço

Enclave Dimensão	Economias	Alternativas (Isonômicas/Fenonômicas)
Espaço	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Socioafastador</li> <li>• Conteúdo matematizado</li> <li>• Abstrato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Socioaproximador</li> <li>• Teatro da ação, domínio da liberdade</li> <li>• Diferencial</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor.

##### 4.1. Constitutivos analíticos

Para possibilitar a análise, faz-se necessário operacionalizar as classificações apresentadas no quadro proposto. Para tal, sugerem-se características que seriam observadas em cada uma das dimensões analisadas, de acordo com os autores empregados.

Para operacionalização da análise da dimensão do espaço, a proposta é a de observar as características **sociais do espaço**, se são **afastadoras** ou **aproximadoras**, a forma como o espaço está moldado, se **matematizado ou livre**, **teatro da ação**, e como estão dispostas as funções, elementos e momentos da prática social no espaço, se em uma perspectiva **abstrata** ou **diferencial**.

Com relação às características sociais, **socioaproximadoras** ou **afastadoras**, são elencadas para observação as **características fixas do espaço, as semifixas e as informais**, na expectativa de se perceber se estas promovem relações de primeiro grau, de aproximação, interação, ou se o seu objetivo é o de condicionar a percepção e o uso do espaço em uma perspectiva unicamente técnica, restringindo as interações pessoais (RAMOS, 1981; HALL, 2005).

No que se refere à **conformação do espaço**, se favorecem a **matematização** ou o **exercício da liberdade**, como **teatro da ação**, a proposta é a análise da **forma como o espaço está moldado**, se organizada ou informal. Em um espaço matematizado, a vida social tende a atender aos interesses hegemônicos, ou seja, subordinando as pessoas às condições do maior lucro possível para os mais fortes e para a maior alienação possível. “Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos” (SANTOS, 2008, p. 31).

Em sendo o espaço o teatro obrigatório da ação, o domínio da liberdade, ele é algo dinâmico e unitário, onde se encontram a materialidade e a ação humana de maneira livre. Os objetos culturais deixam de se tornar cada vez mais técnicos e específicos, produzidos e localizados de maneira deliberada para melhor responder aos objetivos previamente estabelecidos; as ações, por sua vez, deixam de ser cada vez mais ajustadas e racionais, algo defendido por Santos (2008).

A respeito do tipo de espaço predominante, se **abstrato** ou **diferencial**, são definidos como elementos de observação a forma como são tratadas as funções, elementos e momentos das práticas sociais, se estas estão reunidas ou separadas no espaço.

Sendo o espaço abstrato o mundo da mercadoria, com sua lógica e estratégias, a atividade produtiva, a mão de obra, deixa de se confundir com a reprodução que perpetua a vida social, ela se torna independente desse processo, o trabalho se torna abstrato. Já o diferencial se caracteriza por colocar um fim naquelas localizações que rompem tanto com a unidade do corpo (individual e social) como com o *corpus* das necessidades humanas e com o *corpus* do conhecimento, ele reúne aquilo que o abstrato separa (LEFEBVRE, 2013).

De forma resumida, para a análise da dimensão espaço, as características foram agrupadas da seguinte forma:

Quadro 1 – Aspectos a serem analisados na dimensão espaço.

Economias	Alternativas (Isonôm./Fenonôm.)	Elementos de Análise	
Sócioafastador	Sócioaproximador	<b>Características fixas:</b>	pré-definido/eficiência.....diversificado/plural/bem-estar
		<b>Características semifixas:</b>	desagregadora.....aglutinadora
		<b>Característica informal: distância</b>	protocolares.....afetivas
Conteúdo matematizado	Teatro de ação, domínio da liberdade	<b>Forma como o espaço está moldado</b>	organizado.....informal
Abstrato	Diferencial	<b>As funções, elementos e momentos da prática social no espaço.</b>	separadas.....reunidas

Fonte: Elaborado pelo autor

#### 4.2. Elementos de análise do espaço

Na categoria referente às **características fixas**, a proposta é observar se o espaço fixo foi previamente conformado seguindo uma lógica estabelecida com base na eficiência ou se ele surge sem uma prévia formalização, com mínimas ou até mesmo sem prescrições, como resultado de uma construção social em que prevalece o bem-estar e a preocupação com a autorrealização, característica das isonomias e fenonomias (RAMOS, 1981).

Com relação à categoria **características semifixas**, esta possui como ponto de observação a análise se a perspectiva do espaço é desagregadora ou aglutinadora, considerando que alguns espaços possuem aspectos internos que não facilitam ou promovem os relacionamentos em termos sociais (HALL, 2005).

Dessa forma, em espaços que prevaleçam a produção baseada unicamente na eficiência, há de se esperar que as características favoreçam essa perspectiva, da mesma forma no que se refere aos espaços que privilegiam a convivência e os relacionamento de primeiro grau.

A categoria **característica informal** visa proporcionar subsídios para a análise das distâncias mantidas no espaço durante os encontros sociais entre as pessoas, subdividindo-se em distância íntima, pessoal, social e pública.

A **distância íntima** envolve a presença de outra pessoa, podendo até mesmo ser arrebatadora, compreendendo vários estímulos sensoriais. O contato físico ou a alta possibilidade de envolvimento físico estão em primeiro plano na consciência das pessoas envolvidas. A **distância pessoal** é aquela que separa constantemente aqueles que são avessos ao contato, pode ser vista como uma esfera, uma bolha de proteção que é mantida entre as pessoas. Já a **distância social** é aquela que supera a possibilidade de dominação física, está além de um simples tocar de dedos se os braços estiverem estendidos, é nessa distância que as transações impessoais ocorrem. A distância pública é aquela que está além do círculo de envolvimento, é aquela que permite que a pessoa adote medidas evasivas ou defensivas se se sentir ameaçada (HALL, 2005).

Para essa categoria são definidos como referência os tratamentos protocolares e afetivos, ou seja, a perspectiva é a de se analisar se as distâncias seguem características mais formais ou informais. Se informal, espera-se que prevaleça a distância íntima, pessoal; já se for formal, as distâncias social e pública podem ter maior preponderância.

A próxima categoria se refere à **forma como o espaço está moldado**, reunindo as observações de Santos (2008), sobre a matematização dos espaços, e de Hall (2005), quando trata da organização do espaço. Para essa análise empregam-se as classificações organizado e informal. O organizado se aproxima da perspectiva dos espaços conformados para linhas de produção, de montagem, com a disposição precisa dos aparelhos, a preocupação com a perfeita distribuição de equipamentos e pessoas no espaço organizacional, de maneira a tornar o fluxo o mais eficiente possível. Já o espaço informal se caracteriza por privilegiar a liberdade e o bem-estar pessoal antes da eficiência. A preocupação está em permitir o livre exercício da expressão, inibindo a alienação humana, possibilitando a autorrealização e o uso da razão, conforme abordagem de Ramos (1981).

A categoria referente às **funções, elementos e momentos da prática social no espaço** faz uso de duas referências, uma que considera esses aspectos como sendo separados, é o que ocorre no espaço abstrato, e outra que os considera reunidos, o espaço diferencial. (LEFEBVRE, 2013).

No espaço abstrato a atividade produtiva se tornou independente, tornando o trabalho social abstrato. Nesse espaço formal e quantitativo as diferenças são negadas, tanto com relação à natureza como no que se refere ao tempo, ao corpo, à idade, ao gênero e à etnia. O espaço abstrato conduz e mantém relações sociais específicas, dissolve algumas e se opõe a outras. Ele opera positivamente em relação às suas implicações: técnicas, ciências aplicadas e saber ligado ao poder. Esse espaço é ao mesmo tempo lugar, meio e instrumento dessa positividade (LEFEBVRE, 2013).

O espaço abstrato tende à homogeneidade, através do uso da pressão e repressão, reduzindo as diferenças ou particularidades existentes, porém ele é fragmentado. Essa fragmentação se dá de forma elaborada em modelos setoriais. Esses setores parecem surgir de análises objetivas, denominadas sistêmicas, que demonstram de forma empírica conjuntos e subconjuntos, em lógicas parciais (LEFEBVRE, 2013).

O espaço abstrato é, pois, em essência e por excelência, um espaço repressivo, porém atua de uma maneira particularmente hábil e múltipla. A repressão imanente se manifesta de forma pronta pela redução, localização (funcional), hierarquização e segregação (LEFEBVRE, 2013).

O espaço abstrato localiza as atividades de produção e ócio, o espaço do não trabalho, do prazer. Faz surgir os espaços de gastos improdutivos, os quais são extremos de uma cadeia temporal que se inicia nos lugares de trabalho, nos espaços produtivos, seguindo a mesma lógica do mercado (LEFEBVRE, 2013).

Dessa forma, a partir dos dois elementos indicados para observação, separadas e reunidas, espera-se justamente verificar se essa fragmentação, separação, ocorre no espaço e como ela se dá, considerando-se que nas economias a tendência é a separação, e nas isonomias e fenomenias, a reunião.

A partir então dos constitutivos analíticos e os elementos de análise apresentados, procura-se delinear características associadas às organizações formais e alternativas, permitindo uma melhor compreensão acerca das suas diferenças.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns autores como Ramos (1981) e Santos (2002) chamam atenção para a necessidade de se buscar outras formas de se conduzir os estudos acerca das organizações, em especial, de se considerar outras realidades, não buscando tão somente o emprego de teorias

consagradas para a análise de organizações formais baseadas na lógica de mercado, em que se busca a máxima eficiência, com o foco nos fins sem se considerar os meios.

A proposta então é a de fazer uso de bases teóricas que permitam que sejam conhecidas essas outras realidades, justamente por trazerem consigo não somente a visão hegemônica, mas também uma perspectiva mais substantiva, que sirva para explicar esse outro organizar, em que se considere os valores e objetivos que lhe dão razão de ser e não somente um julgamento de certo e errado e a busca pela adequação ao pressuposto dominante, considerando, por exemplo, que somente o gerencialismo é capaz de dar respostas positivas e ordenar a vida das pessoas.

Conforme Santos (2002), faz-se necessário o emprego de outra racionalidade nos estudos sociais que não a racionalidade indolente, mas sim de uma razão cosmopolita, a qual permita tornar essas experiências visíveis, evitando assim o seu desperdício. A razão cosmopolita em uma trajetória inversa ao até então empregado se propõe a expandir o presente e contrair o futuro, de forma a criar um espaço-tempo que permita conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está ocorrendo no mundo (SANTOS, 2002).

Esta preocupação, em ampliar o presente, reflete a necessidade, entre outros aspectos, de se aproveitar a oportunidade única para proceder a uma transformação específica que o presente pode oferecer, ou seja, *carpe diem*. O que não está sendo visto hoje, esquecido pela ciência, pode significar uma oportunidade única perdida em relação ao futuro, por isso, voltar-se ao presente, a partir de sua ampliação, torna-se relevante. O objetivo com a desaceleração do presente é proporcionar um conteúdo mais denso e substantivo, ao invés de um instante fugaz entre o passado e o futuro, buscando-se com isso produzir uma ciência voltada à justiça social global a partir do emprego de uma justiça cognitiva também global (SANTOS, 2002).

Essa perspectiva atenderia em parte à necessidade de se fortalecer a relação entre a ciência e a virtude, com o uso do conhecimento dito ordinário ou vulgar que insiste em não ser reconhecido pelo modelo da razão indolente, e que pode ser criado e usado tanto para dar sentido as nossas vidas como também para proporcionar o efetivo emprego do conhecimento científico acumulado para enriquecer as nossas vidas, num contributo positivo para a felicidade das pessoas (SANTOS, 2002).

O que se busca com o emprego da Lei dos Requisitos Adequados, de Ramos (1981), Lefebvre (2013) e Santos (2008), é justamente apresentar outras características que podem ser encontradas nas organizações e que servem para auxiliar na sua compreensão, demonstrando que existem outras alternativas à lógica organizativa dominante.

Ramos (1981), a partir da dimensão espaço, demonstra que existem características que podem ser encontradas nas organizações e que, dependendo do seu fim, não se referem a pontos considerados “não conformes”, denominação comumente empregada pelos especialistas em análise organizacional, baseadas no *mainstream*. Nessas organizações essas características derivam de seus objetivos, os quais até podem ter fins econômicos, porém são considerados incidentais (RAMOS, 1981).

Como observado nas descrições acerca do espaço, essa dimensão tem sido transformada com base em uma lógica dominante, porém existem outras possibilidades, como o espaço diferencial, o qual, conforme Ramos (1981, p. 83), é encontrado, por exemplo, em espaços sociais isonômicos e fenonômicos. Portanto é preciso um tipo de ciência organizacional que seja “sensível aos diversos aspectos da vida humana, e que seja capaz de lidar com esses aspectos nos contextos a que adequadamente pertencem”.

A observação desses aspectos nos estudos organizacionais permitiria uma apropriação mais aproximada da realidade, permitindo não só uma melhor compreensão dessas organizações, mas também possibilitando uma oportunidade de auxiliá-las na manutenção de suas características e não simplesmente com a indicação e implementação de técnicas relacionadas a organizações formais. Essas técnicas provavelmente gerariam tensões em seu interior, já que essas organizações adotam formas que privilegiam um clima organizacional

pautado na igualdade e no direito de participação de todos os membros, em que o trabalho é motivado por um ideal compartilhado no qual o objetivo primordial é a autorrealização dos participantes, existindo o compartilhamento de informações, a cooperação, a união e a informalidade. A auto-organização e o diálogo, juntamente com o reconhecimento de pontos de vista diferentes, complementam os alicerces que sustentam a sua estrutura e garantem a sua identidade, não sendo o controle e o monitoramento do desempenho organizacional os objetivos fundamentais a serem perseguidos. Essas organizações têm como axioma fundamental e constitutivo a igualdade entre as pessoas.

Como sugestões de estudo acerca das organizações alternativas, considerando-se as dimensões de espaço e tempo, estariam a análise, por exemplo, do comportamento dessas dimensões quando confrontadas com a perspectiva de mercado; a identificação das características de espaço e tempo em organizações isonômicas e fenonômicas, de forma a proporcionar a confrontação com a literatura existente; a percepção dos participantes de organizações alternativas acerca das dimensões de espaço e tempo; por fim, além de outras possibilidades, poderia ainda se verificar a influência dessas dimensões sobre os objetivos organizacionais, permitindo a análise da congruência entre ambos.

Cabe ainda ressaltar que estudos dessa natureza buscam auxiliar na ampliação da consciência coletiva crítica no Brasil, a qual é reflexo de uma nova forma de se avaliar e compreender os fatos, e que revela um imperativo de se ultrapassar o plano de existência bruta e de se passar a adotar uma conduta caracterizada como significativa, fundada de alguma forma na percepção dos limites e possibilidades de seu contexto e, sobretudo, orientada para fins que não signifiquem simplesmente uma mera sobrevivência vegetativa. A consciência crítica possui a capacidade de instaurar uma aptidão autodeterminativa que distingue as pessoas das coisas (RAMOS, 1965).

## REFERÊNCIAS

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária; particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 79-101, jan./mar. 2005.

BALBINOT, E. L.; PEREIRA, B. A. D. Particularidades Inerentes ao Modelo de Gestão de um empreendimento de Economia Solidária: o Caso do Projeto Esperança/Cooesperança. In: XXXI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD, 2007, Rio de Janeiro, RJ. **Anais do ENANPAD**, 2007, v. 1, p. 1-15, 2007.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CLEGG, S. **Modern organizations**: organization studies in the postmodern world. London: Sage Publications, 1990.

DELLAGNELO, E.; MACHADO-DA-SILVA, C. Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações e Sociedade O&S**, v. 7, n. 19, p. 19-33, set./dez. 2000.

DUPAS, Gilberto. **Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003

FARIA, J. R. V.; LEAL, A. P.; ATTIE, J. P.; HIRAYAMA, W. H.; DE MATOS, R. D.; DUTRA, R. S. A. Autogestão e poder: esquema de análise das relações de poder em

organizações com características autogestionárias. In: V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD – ENEO. **Anais...** Belo Horizonte, junho 18-20, 2008.

FISCHER, T. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 278-288, out./dez. 1984.

HALL, E. T. **The silent language**. 1ª. ed. Garden City: Doubleday & Company, 1990.

\_\_\_\_\_. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. 1ª. ed. Madri: Capitán Swing Libros, 2013.

MORAES, J.; MISOCZKY, M. C. A organização dialógica do movimento de trabalhadores desocupados de La Matanza. In: MISOCZKY, Maria Ceci, FLORES, Rafael Kruter, MORAES, Joysi (Org.). **Organização e praxis libertadora**. Porto Alegre: DACASA Editora, 2010.

PAES DE PAULA, A. P. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e as burocracias flexíveis. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 127-144, jan./fev. 2002.

PALMER, I.; BENVENISTE, J.; DUNFORD, R. New organizational forms: towards a generative dialogue. **Organization Studies**, v. 28, n. 12, 2007.

PARKER, M. **Against Management**: Organization in the Age of Managerialism. Cambridge: Polity, 2002.

RAMOS, A. G. **Redução sociológica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

\_\_\_\_\_. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

\_\_\_\_\_. **Administração e contexto brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SENGE, P. **A quinta disciplina**. 6a.ed. São Paulo: Best Seller, 2000.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**. v. 37, n. 2, abr./jun. 1997.

SPICER, A.; BÖHM, S. Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. **Organization Studies**, v. 28, n. 11, p. 1667-1698, nov. 2007.

SULLIVAN, S.; SPICER, A.; BÖHM, S. Becoming global (un)civil society: Counter-hegemonic struggle and the Indymedia network. **NGPA Non-Governmental Public Action Programme – Working Paper Series**, n. 42, jan. 2010.

WEBER, M. Fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. *In*: CAMPOS, E. (Org.). **Sociologia da burocracia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.